

| | | | |
|---------------------|--------------|------------------|--|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS | -7 JAN. 1980 | DIÁRIO POPULAR | |
| PORTUGAL HOJE | | DIÁRIO DE LISBOA | |
| CORREIO DA MANHÃ | | CAPITAL | |
| DIA | | TARDE | |
| DIÁRIO | | | |
| PRIMEIRO DE JANEIRO | | | |
| JORNAL DE NOTÍCIAS | | | |
| COMÉRCIO DO PORTO | | | |

Só decretos não promulgados foram suspensos pelo Governo

• *Ribeiro de Almeida na presidência do Parlamento e maioria da Aliança com porta-voz do CDS*



Entre a legislação suspensa pelo VI Governo estão apenas diplomas que não foram promulgados pelo Presidente da República, segundo revelaram ao «DN» fontes ligadas ao Executivo.

Em relação a decretos que tiveram promulgação, e que apenas poderiam ser suspensos mediante a elaboração de outros, está assentado que a maioria parlamentar da Aliança Democrática suscitará, na Assembleia da República, a sua sujeição a um processo de ratificação. Aliás, esta iniciativa virá a inserir-se num trabalho que os gabinetes partidários vêm desenvolvendo, tendo em vista a revisão de toda a legislação elaborada após a dissolução do Parlamento.

Recorde-se que a extinção do jornal «O Século» é um dos diplomas aprovados pelo V Governo que vai ser reexaminado de acordo com as decisões tomadas durante a primeira reunião do Conselho de Ministros do Executivo de Sá Carneiro, realizada poucas horas após o Presidente da República ter dado posse ao novo Gabinete.

Ao todo, são em número de 67 os documentos a reexaminar contando-se, também, entre eles o que determina a reestruturação do Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e Legislação Portuguesa e a regulamentação da Carteira Profissional do Jornalista. Outro dos diplomas é o que cria

o Grupo de Operações Especiais da PSP além do que dá nova redação ao artigo sobre o pagamento de contribuições para a Previdência.

Decretos suspensos são, ainda, o que introduz alterações ao Código de Processo e ao Regulamento das Custas das Contribuições e Impostos e o que dá nova redação aos artigos que estabelecem normas quanto à elaboração do orçamento e contas das autarquias locais.

Negociações para

Por outro lado, de fontes partidárias, sabe-se que já foi acordado que a maioria parlamentar virá a ter um porta-voz, decorrendo, provavelmente hoje, um encontro entre Sá Carneiro e Lucas Pires, que fora um dos candidatos sugeridos para o lugar e que se desvinculara, a nível pessoal, das negociações respectivas. De qualquer forma, enquanto se estabelece um consenso definitivo sobre a aceitação pelo CDS do compromisso de votar em Leonardo Ribeiro de Almeida para a presidência da Assembleia da República, parece garantido que a figura do porta-voz existirá, personalizada por Lucas Pires, ou, em caso — que se afigura agora menos provável — de este rejeitar, assegura-

da por um elemento que, pertencerá, porém, aos quadros dos centristas.

Entretanto, hoje, reunir-se-á, na sede nacional do PSD, o Conselho Permanente da Aliança, enquanto, nas instalações da Assembleia da República, se encontrarão representações da liderança parlamentar dentro dos sectores que integram a coligação. Estas reuniões inserem-se numa disposição de acelerar a realização de trabalho coordenador e legislativo.

Enquanto isto, mais alguns nomes vêm sendo indicados como candidatos ao preenchimento de Secretarias de Estado: Gonzaga Ribeiro, para a Saúde; depois de recusa de Paulo Mendonça; Carlos Robalo para o Turismo; Carlos Pardal, para as Obras Públicas; Casimiro Pires, para a Habitação; Escaja Gonçalves, para o Comércio Interno; e Armando de Sousa Almeida, para o Comércio Externo.

Dificuldades continuam a surgir quanto ao preenchimento do pelouro da Comunicação Social, para o qual Sá Carneiro admitiu a criação duma Secretaria de Estado, mas que, segundo colaboradores do primeiro-ministro, poderá vir a ter uma solução diferente, embora sempre como departamento dependente do chefe do Governo.

Noutras áreas são já apontados com insistência Tavares Moreira, para o Tesouro; Alípio Dias, para as Finanças; Carvalho Cardoso, para o Fomento Agrário; João Goulão, na Reestruturação Agrária; Silva Pinto, na Indústria Pesada e Energia; Balsemão Horta, na Indústria Ligeira; Luis Moreno, para a População e Emprego; Manuela Aguiar para a Emigração; Rui Almeida Mendes, para os Assuntos Europeus; Azevedo Coutinho, para os Negócios Estrangeiros; Teresa Costa Macedo, para assuntos ligados à família; e Ribeiro e Castro, para adjunto do vice-primeiro-ministro.



Leonardo Ribeiro de Almeida, do PSD, foi aceite candidato à presidência da Assembleia da República pelo CDS, que reivindicou a existência de um porta-voz para a maioria parlamentar e que este seja um militante seu, eventualmente Lucas Pires, que, hoje, se reúne com Sá Carneiro